

ESP-DEP ADMIN DA REGIÃO I - DAR-I

# Termo de Referência 6/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	990107-ESP-DEP ADMIN DA REGIÃO I - DAR-I	HEL Y LACERDA DE PONTES	06/05/2026 09:34 (v 0.11)
Status			
DISPONIBILIZADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		017.00003972/2026-79

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços de Recarga de Extintores e testes de mangueiras, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento

ITEM	DESCRIÇÃO	SIAFÍSICO	CATSER	VALOR TOTAL
1	EXTINTOR, AGUA PRESSURIZADA, CAP. 10 L	55786	3662	R\$ 96.850,42
2	EXTINTOR, PO QUIMICO SECO CAP. 4 KG	55824		
3	EXTINTOR, PO QUIMICO SECO CAP. 6 KG	55816		
4	EXTINTOR, PO QUIMICO SECO, CAP. 8 KG	67865		
5	EXTINTOR, GAS CARBONICO (CO2) CAP.6 KG	55794		
6	EXTINTOR, GAS CARBONICO (CO2) CAP. 10 KG	55794		
7	EXTINTOR, PO QUIMICO SECO, CAP. 30 KG	58807		
8	TESTE HIDROSTATICO EM EXTINTOR DE INCENDIO	124125		
9	MANGUEIRAS DE INCENDIO TIPO 2 de 30 METROS	21059		
10	MANGUEIRAS DE INCENDIO TIPO 2 DE 15 METROS	21059		

1.1.1 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data estabelecida para o início dos serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1 O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que os serviços de Recarga de Extintores e estes de mangueiras, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico.

1.4 O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

### **Subcontratação**

1.5 O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

1.6 A vedação à subcontratação justifica-se pela necessidade de garantir que a expertise técnica aferida na fase de habilitação seja a mesma aplicada na execução contratual. Considerando a sensibilidade do objeto, a fragmentação da execução poderia comprometer o controle de qualidade, a segurança das instalações e a cadeia de custódia dos equipamentos, riscos que a Administração não deve suportar em prol da segurança patrimonial e humana

## **2. FUNDAMENTOS DA CONTRAÇÃO**

2.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 46377222000129-0-000011/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 30/06/2025
- III) Id do item no PCA: 365
- IV) Classe/Grupo: 852
- V) Identificador da Futura Contratação: 933011-258/2026

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.2 A execução dos serviços de manutenção e recarga de extintores de incêndio, atender aos seguintes requisitos de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

4.3 A Contratada deverá cumprir integralmente a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), seus decretos regulamentadores (a exemplo do Decreto nº 10.936/2022) e as Normas Brasileiras (NBR) aplicáveis, especialmente no que tange aos resíduos gerados pelo serviço:

**a) Responsabilidade pela Destinação:** A Contratada será integralmente responsável pela coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados durante o serviço (incluindo pós químicos inservíveis, agentes extintores retirados, peças substituídas, embalagens e extintores condenados /inservíveis).

**b) Comprovação de Destinação:** A Contratada deverá apresentar o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e os respectivos Certificados de Destinação Final emitidos por empresas licenciadas, comprovando o tratamento ambientalmente correto dos resíduos.

**c) Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio (SDOs) e Agentes Químicos:** No caso de manuseio ou descarte de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDOs) ou outros agentes extintores controlados, a contratada deverá comprovar o atendimento às Resoluções do CONAMA (a exemplo da Resolução CONAMA nº 340 /2003) e demais legislações correlatas, adotando procedimentos de recolhimento, acondicionamento e armazenamento adequados.

**d) Manual de Descarte:** A Contratada deverá desenvolver e/ou adotar um Manual de Procedimentos de Descarte de Materiais Potencialmente Poluidores específico para o escopo do serviço de extintores, que deverá ser observado pelo Contratante e pela Contratada.

4.4 Racionalização de Recursos e Eficiência (Econômico-Ambiental)

4.4.1 A Contratada deverá adotar medidas que visem a otimização na utilização de recursos e a redução de desperdícios e poluição:

**a) Consumo Racional:** Racionalizar o consumo de energia elétrica, de água tratada e de combustível em suas operações (tanto na sede quanto na execução dos serviços).

**b) Água de Reuso:** Priorizar a utilização de água de reuso ou outras fontes não potáveis (devidamente certificadas e permitidas) nos processos de limpeza e testes hidrostáticos, quando aplicável e conforme NBR.

**c) Qualidade dos Insumos:** Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas e utilizar, obrigatoriamente, agentes extintores e peças de reposição novos, certificados e homologados pelo INMETRO, para garantir a eficácia e a segurança do equipamento.

## **Garantia da contratação**

4.5 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual 5% e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.6 No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.7 A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.8 O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: conforme a emissão de ordem de início dos serviços, com tempo vigente de 12 meses prorrogável por até 10 anos.

5.2 Serviços de manutenção, recarga, pesagem, testes hidrostáticos em extintores, testes em mangueiras de combate a incêndio, na Secretaria da Fazenda e Planejamento – SEDE e Postos Externos.

### Local e Horários da Prestação dos Serviços

5.3 Os serviços serão desenvolvidos, para a Secretaria da Fazenda e Planejamento – SEDE e Postos externos (DTC-I, DTC-II, DTC-III, Quararibeia, Creche, Casarão e Ambulatório).

PRÉDIOS	ENDEREÇO
PALACIO CLÓVIS RIBEIRO	Avenida Rangel Pestana, nº 300 - Centro - SP - CEP: 01017-911
CASARÃO - CARMO	R. do Carmo, nº 88 - Centro Sé - SP - CEP: 01019-020
DTC-I	R. Francisco Marengo, nº 1932 - Tatuapé - SP, 03313-000
DTC-II	R. Nossa Sra. da Lapa, nº 370 - Lapa, - SP, 05072-000
DTC-III	R. Butantã, nº 260 - Pinheiros, São Paulo - SP, 05424-000
Quararibéia	R. Quararibéia Nº 341 - Vila Isa - SP, 04689-160

### Serviços a serem executados

#### 5.4 EXTINTORES

5.4.1 A execução do objeto contratado compreende a retirada e a entrega dos extintores de incêndio, o fornecimento do material necessário para a recarga, manutenção de segundo nível, pesagem, os testes hidrostáticos e a reposição de peças tais como: válvula, mangueiras, difusores, manômetros, lacre, selo, pintura, rótulo de instruções e todas as peças necessárias para efetuar a recarga;

5.4.2 Adicionalmente, a Contratada deverá fornecer lacres de reserva em quantidade equivalente aos extintores recarregados a cada mês, para uso exclusivo da Contratante na eventualidade de substituição imediata de lacres rompidos durante o manuseio.

5.4.3 Os extintores de incêndio que, após a inspeção e manutenção de 2º ou 3º nível, forem reprovados e não apresentarem condições técnicas e de segurança para recarga ou reparo, deverão ser formalmente apresentados à Contratante para fins de baixa patrimonial.

5.4.3.1 A apresentação deverá ser acompanhada de um Laudo Técnico individualizado para cada equipamento reprovado, emitido e assinado pelo Responsável Técnico da Contratada, detalhando os motivos da condenação.

5.4.3.2 Após a validação do laudo pela Contratante, e apresentação dos equipamentos que foram reprovados, dando a baixo no patrimônio, a contratada deverá recolher os equipamentos e providenciar o descarte final, seguindo rigorosamente as normas ambientais vigentes e os protocolos de sustentabilidade, comprovando a destinação adequada mediante certificado ou comprovante de descarte ecológico.

5.4.4 A contratada deverá seguir obrigatoriamente as normas técnicas e/ou recomendações do fabricante dos extintores, em especial, as normas respectivas da Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 12962/2016, bem como a Instrução Técnica nº. 21/2025;

5.4.5 A contratada deve possuir registro ativo junto ao Inmetro atendendo aos requisitos da Portaria Inmetro nº 58, de 16 de Fevereiro de 2022, observando-se as atualizações de rastreabilidade e identificação digital trazidas pela Portaria Inmetro nº 314/2025.

5.4.6 Ao iniciar os serviços à contratada deverá retirar os extintores já vencidos, e após a devolução dos equipamentos, a contratada seguirá cronograma elaborado pela contratante;

5.4.7 A contratada deverá seguir a retirada conforme os meses de vencimento dos extintores;

5.4.8 A contratada deverá retirar os extintores que serão recarregados, no prazo de 03 (três) dias úteis após o recebimento da notificação do gestor do contrato;

5.4.8.1 No momento da retirada, será lavrado “Termo de entrega” que será assinado por representantes do CONTRATANTE e da CONTRATADA, contendo data da retirada, quantidade, tipo de extintor e quantidade de reserva técnica deixada pela contratada;

5.4.9 Os extintores somente serão liberados para recarga, após a contratada deixar 30% de reserva técnica, da quantidade informada para retirada;

5.4.10 Os extintores enviados de reserva técnica deverão estar em perfeito estado de conservação, e dentro da validade de recarga e teste hidrostático;

5.4.10.1 O prazo máximo para devolução dos extintores é de 10 (dez) dias úteis e deverão obrigatoriamente estar recarregados/ pesados, pintados e com os devidos testes realizados;

5.4.11 Os extintores de incêndio que possuírem a carga de gás carbônico e cilindros para o gás expelente deverão ser pesados a cada 06 seis meses, sem custos para a contratante;

5.4.11.1 Nos casos em que os extintores estiverem abaixo do peso, deverão ser retirados, realizados testes e recarregados sem nenhum custo para a contratada;

5.4.12 A contratada deverá gravar em todos os extintores através de punção o nome SEFAZ;

5.4.13 A retirada e entrega dos extintores deverão ser realizadas em horário comercial das 08:00hs às 17:00hs de segunda à sexta-feira na Secretaria da Fazenda e Planejamento – SEDE – Av. Rangel Pestana nº 300 – Centro – São Paulo/SP;

- 5.4.13.1 A contratante realizará o recolhimento dos extintores na sede e postos externos, caso não possa realizar esse procedimento, a responsabilidade do recolhimento dos extintores ficará para a contratada;
- 5.5 Os serviços de manutenção, abrangendo reparos, pintura ou substituição de componentes; tais como difusores, mangotes, gatilhos e outros, deverão ser realizados sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, estando seus custos integralmente contemplados no valor contratual inicial;
- 5.6 Os materiais serão garantidos pelo prazo mínimo de 12 (meses), contados da data efetiva da entrega, devendo a contratada, após a comunicação do contratante, providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias, as devidas correções.

QUANTITATIVO DOS EQUIPAMENTOS:

RECARGA DE EXTINTORES E TESTES HIDROSTÁTICO	
TIPO DE EXTINTOR	QUANTIDADE
Extintor Água Pressurizada10 Litros	507
Extintor Dióxido de Carbono 6 Kg	379
Extintor Dióxido de Carbono 10 Kg	1
Extintor Pó Químico 6 Kg	114
Extintor Pó Químico - ABC-6 Kg	41
Extintor Pó Químico 4 Kg	109
Extintor Pó Químico - ABC-4 Kg	2
Extintor Pó Químico 8 Kg	7
Extintor Pó Químico 30 Kg	1
Total de Extintores	1.161

5.7 MANGUEIRAS

- 5.7.1 Ao iniciar o contrato a contratada devera retirar as mangueiras já vencidas, após a devolução, seguirá o cronograma elaborado pela contratante;
- 5.7.2 Os testes nas mangueiras devem ser feitos nas dependências da contratada;
- 5.7.3 A contratada deverá enviar a mesma quantidade de mangueiras para reposição;
- 5.7.4 As mangueiras deverão ser entregues aduchadas, conforme a NBR 12779/2024 e IT22/2025;
- 5.7.5 O prazo máximo para devolução das mangueiras é de 10 (dez) dias úteis;
- 5.7.6 As mangueiras enviadas para reserva técnica deverão estar em perfeito estado de conservação, e dentro da validade, sendo o mesmo tipo;
- 5.7.7 A retirada e entrega das mangueiras deverão ser realizadas em horário comercial das 08:00hs às 17:00hs de segunda à sexta-feira na Secretaria da Fazenda e Planejamento – Av. Rangel Pestana nº 300 – Centro – São Paulo /SP;

5.7.7.1 A contratante realizara o recolhimento das mangueiras na sede e postos externos, caso não possa realizar esse procedimento, a responsabilidade do recolhimento dos extintores ficará para a contratada;

5.7.8 As mangueiras deverão ser garantidas pelo prazo mínimo de 12 (meses), contados da data efetiva da entrega. Caso a contratante identifique quaisquer irregularidades, a contratada deverá providenciar no prazo máximo de 10 (dez) dias, as devidas correções;

5.7.9 A contratada deverá seguir obrigatoriamente as normas técnicas e/ou recomendações do fabricante das mangueiras, em especial as respectivas da Associação Brasileira de Normas Técnicas;

5.7.10 As mangueiras reprovadas deverão ser formalmente apresentadas à Contratante, acompanhada de um Laudo Técnico individualizado, emitido e assinado pelo Responsável Técnico da Contratada, detalhando o motivo.

5.7.10.1 Após a validação do laudo pela Contratante, a Contratada deverá recolher as mangueiras e providenciar o descarte final, seguindo rigorosamente as normas ambientais vigentes e os protocolos de sustentabilidade, comprovando a destinação adequada mediante certificado ou comprovante de descarte ecológico.

**QUANTITATIVO DAS MANGUEIRAS:**

MANGUEIRAS	QUANTIDADE
TIPO "2" - 1 ½ POLEGADA 30M MANGUEIRAS	213
TIPO "2" - 1 ½ POLEGADA 150M MANGUEIRAS	126
Total de Mangueiras	339

**5.8 - LACRES DE HIDRANTES**

5.8.1 A contratada deverá fornecer durante o período contratual a quantidade total de 500 (quinhentos) lacres plásticos destrutíveis para abrigos de hidrantes. Os lacres deverão ser confeccionados em polipropileno (ou material plástico equivalente) de alta visibilidade, com sistema de rompimento manual facilitado (destrutível), que permita o pronto atendimento em situações de emergência sem o uso de ferramentas, em conformidade com a Instrução Técnica nº 22 do Corpo de Bombeiros e as normas ABNT NBR 13434 (Sinalização de Segurança) e NBR 12779 (Inspeção de Mangueiras). Os lacres deverão conter campos para preenchimento manual de 'Data da Inspeção' e 'Visto do Inspetor', sem pré-impressão anual.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6 O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.9 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11 O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12 O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

### **Fiscalização Administrativa**

6.15 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).



6.17 Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **Gestor do Contrato**

6.21 O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.22 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.23 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.24 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.25 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.26 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1 A medição e o pagamento dos serviços serão realizados com base nos serviços efetivamente executados, devidamente comprovados por relatórios técnicos, laudos, etiquetas de identificação e aceitos pela fiscalização do contrato, em conformidade com este Termo de Referência e com as normas técnicas vigentes.**

### **7.2 Recarga de Extintores de Incêndio**

7.2.1 A medição será realizada por unidade de extintor efetivamente recarregado, inspecionado, testado, lacrado e identificado, atendendo às normas ABNT NBR 12962, ABNT NBR 15808 e ABNT NBR 15809, bem como às exigências do INMETRO e do Corpo de Bombeiros.

7.2.2 Somente serão passíveis de medição e pagamento os extintores que:

- a) estejam em perfeitas condições de funcionamento;
- b) possuam selo de conformidade do INMETRO;
- c) contenham etiqueta de manutenção atualizada;
- d) sejam acompanhados de relatório técnico do serviço executado.

### **7.3 Testes de Mangueiras de Combate a Incêndio**

7.3.1 A medição será realizada por unidade de mangueira ensaiada e aprovada, conforme a ABNT NBR 12779.

7.3.2 A medição somente ocorrerá após a execução das seguintes etapas:

- a) ensaio hidrostático;
- b) secagem, enrolamento e acondicionamento adequados;
- c) identificação da mangueira com etiqueta de ensaio válida;
- d) emissão de laudo técnico.

7.3.3 As mangueiras reprovadas deverão constar em relatório específico, com indicação de descarte ou substituição.

### **Do recebimento**

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução

contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.11.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4 Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.15 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19 A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou

entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ( Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20 Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.24 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.26 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28 O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional , nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNE**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de execução**

8.2 O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

### **Exigências de habilitação**

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.5. Sociedade empresária, inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.9. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas conforme o caso.

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/ Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.16 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples.

8.19. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresaria.

8.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), em cada exercício;

8.21. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

8.21.1. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.21.2. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.22. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

8.23. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso

8.24. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s)

8.25. Comprovação de que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de extintores a serem contratados, sendo a parcela de maior relevância Água pressurizada - AP 254 extintores.

8.26. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante

8.27. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.28. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. Declaração de Pleno Conhecimento: Declaração formal assinada pelo representante legal ou pelo responsável técnico da licitante, atestando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, bem como da natureza e do escopo dos serviços de recarga de extintores e manutenção de mangueiras, assumindo total responsabilidade pela execução do objeto nos termos do Edital.

8.30. Certificação INMETRO: Comprovação de registro ativo da empresa junto ao INMETRO para a prestação de serviços de inspeção técnica e manutenção de extintores de incêndio, contemplando obrigatoriamente os Níveis 1, 2 e 3.

### **Outras comprovações**

8.31 Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017.

8.32. É Vedada à participação de consórcios.

8.32.1 Nos termos do artigo 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de consórcios em licitações constitui regra geral, sendo a vedação exceção que deve ser devidamente fundamentada.

8.32.2 A vedação à participação de empresas em consórcio justifica-se pela baixa complexidade do objeto e pela existência de amplo mercado fornecedor apto a cumprir as obrigações individualmente. A admissão de consórcios, neste caso, poderia restringir a competitividade, permitindo que grandes empresas se unam para dominar o certame, em vez de competirem entre si.

8.33. Vedação à participação de cooperativas.

8.34. Embora não haja dedicação exclusiva de mão de obra, a complexidade técnica e o risco operacional do objeto exigem que a contratada detenha o controle diretivo absoluto sobre os meios de execução, o que é incompatível com a natureza horizontal e a autonomia dos sócios-cooperados, conforme a exceção prevista no Art. 16, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Valor (R\$): R\$96.850,42

9.1. Para atualização desses valores, foi realizada pesquisa de preços junto ao mercado, de forma a assegurar a compatibilidade com os valores praticados e a viabilidade da contratação.

9.2. A presente licitação será realizada sob a forma de Ampla Concorrência, permitindo a participação de quaisquer interessados que preencham as condições de habilitação estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital, assegurando-se, contudo, o exercício do direito de preferência e demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 200147- Departamento de Administração da Região - I

II) Fonte de Recursos - Fonte Tesouro- 150.010.001

III) Programa de Trabalho: 04.122.2030.5023.0000

IV) Elemento de Despesa: 33903999

V) Plano Interno: 000.000.0100

10.3 Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**IRINEU MONTEIRO JUNIOR**

Chefe de Divisão



*Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 09:34:41.*